

do por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 1174/2019, de autoria do Deputado Anderson Moraes, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REATIVAR A LINHA FERROVIÁRIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA "BARRINHA", QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE JAPERI AO DE BARRA DO PIRAI." (requerimento da Deputada Enfermeira Rejane, sugerindo prejudicabilidade pela Lei nº 8.210, de 10 de dezembro de 2018) PARECER do Relator Deputado Dr. Serginho publicado em 21/11/2019: CONSTITUCIONALIDADE. Durante a discussão, o Deputado Márcio Pacheco apresentou voto pela CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO. Após votação, este último parecer foi aprovado. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 1743/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella, que "INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO CONSUMO DE PESCADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." (requerimento do autor, sugerindo desanexação) PARECER do Relator Deputado Rodrigo Bacellar publicado em 06/11/2021: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 2518/2017. Durante a discussão, o Deputado Márcio Pacheco informou que o Projeto de Lei nº 2518/2017 está arquivado. Sugeriu, então, alteração do parecer para CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO. Após votação, este último parecer foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3160/2020, de autoria do Deputado Capitão Paulo Teixeira, que "DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BICICLETÁRIOS NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." (retorno do Plenário - sessão do dia 25/11/2020) PARECER sugerido: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 744/2011. Durante a discussão o Deputado Carlos Minc solicitou vista a esta proposição. O pedido foi aceito pelo Presidente. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3400/2020, de autoria da Deputada Mônica Francisco, que "INSTITUI O PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO NO ÂMBITO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." (retorno do Plenário - sessão do dia 30/11/2021) PARECER sugerido: CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS. Durante a discussão, o Deputado Márcio Pacheco propôs acatar a sugestão, porém, concluindo por substitutivo. Após votação, o parecer pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60/2021, de autoria do Deputado Brazão, que "ALTERA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 03 DE MARÇO DE 2021." (retorno do Plenário - sessão do dia 16/09/2021) PARECER sugerido: PREJUDICABILIDADE (Decreto Legislativo nº 05, de 16 de abril de 2020). Após discussão e votação, a sugestão foi acatada e o parecer pela PREJUDICABILIDADE foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3519/2021, de autoria do Deputado Brazão, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO FISCAL A INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR QUE FORNEÇAM BOLSAS DE ESTUDOS A ATLETAS EM SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA." (retorno do Plenário - sessão do dia 16/11/2021) PARECER sugerido: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3501/2020. Após discussão e votação, a sugestão foi acatada e o parecer pela ANEXAÇÃO foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3826/2021, de autoria dos Deputados Max Lemos e André Ceciliano, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ART. 14 DA LEI 2.657, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA INSTITUIR O REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA O E-COMÉRCIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." (retorno do Plenário - sessão do dia 16/11/2021) PARECER sugerido pelo Deputado Luiz Paulo: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 8.795, de 17 de abril de 2020). Após discussão e votação, a sugestão foi acatada e o parecer pela PREJUDICABILIDADE foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 4484/2021, de autoria do Deputado Anderson Moraes, que "INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO TRABALHADOR INFORMAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PEATI-RJ, NA FORMA QUE MENCIONA." (retorno do Plenário - sessão do dia 26/10/2021) PARECER sugerido: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 8.395, de 16 de maio de 2019 e Lei nº 8.816, de 11 de maio de 2020). Durante a discussão, o Deputado Márcio Pacheco apresenta, como proposta, parecer pela CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO. Após votação, este último parecer foi aprovado. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 4492/2021, de autoria do Deputado Danniell Librelon, que "INSTITUI O PROGRAMA PARA AÇÕES DE DETECÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES." (retorno do Plenário - sessão do dia 28/10/2021) PARECER sugerido: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4153/2021. Após discussão e votação, a sugestão foi acatada e o parecer pela ANEXAÇÃO foi aprovado por unanimidade. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 4883/2021, de autoria do Deputado Subtenente Bernardo, que "ESTABELECE PROCEDIMENTO PARA REMOÇÃO DE MOTOCICLETAS, MOTONETES E CICLOMOTORES, NA FORMA QUE MENCIONA." (retorno do Plenário - sessão do dia 11/11/2021) PARECER sugerido: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 112/2019. Durante a discussão, o Deputado Luiz Paulo apresentou parecer pela CONSTITUCIONALIDADE. Após votação, este último parecer foi aprovado. Em prosseguimento, o Presidente chamou os trabalhos à ordem e incluiu na pauta para discussão, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 4871/2021. Após discussão e votação, o parecer pela CONSTITUCIONALIDADE foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Luiz Paulo lembrou que esta é a última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que este ano foi o ano mais profícuo do seu mandato e da Alerj, devido à gama de assuntos complexos que foram discutidos. Lembrou ainda que a CCJ esteve, praticamente, no cerne da grande maioria dessas questões. Elogiou a atuação desta Comissão, do Presidente Deputado Márcio Pacheco, dos deputados que participaram desta comissão e dos assessores. Em seguida, o Deputado Carlos Minc agradeceu também a toda a assessoria (Milena, Alyne, Luciano, Gabriela, Gabriel, Ariane e Juliana). Em seguida, a Deputada Mônica Francisco também agradeceu à assessoria pelo carinho e trabalho exaustivo, lembrando que o volume de trabalho é enorme; agradeceu o posicionamento do Presidente Deputado Márcio Pacheco, sempre respeitoso, democrático, conciliador. Ela disse torcer para que a CCJ tenha mais mulheres no cargo efetivo. Agradeceu à TV Alerj, aos técnicos de som. Em seguida, o Deputado Márcio Pacheco agradeceu os elogios e registrou que a Deputada Mônica Francisco foi a primeira mulher negra na CCJ. Disse que sempre teve o cuidado de não diferenciar o tratamento entre os membros titulares e os suplentes. Afirmou, ainda, que a presença da Deputada Mônica Francisco abrihanta a todos, sempre cordial e preparada. Agradeceu ao Deputado Luiz Paulo, nosso decano e professor, por sempre aprender muito com ele. Agradeceu ao Deputado Carlos Minc e ao Deputado Waldeck Carneiro pelos ensinamentos. Frisou que a CCJ só funciona por causa do trabalho incansável dos assessores (Juliana, Marcelo, Milena, Alyne, Tatiana, Gabriela, Aparecida), da Tv Alerj e da técnica de áudio. O Presidente deseja que a CCJ, no ano de 2022, seja ainda melhor e mais produtiva para o Rio de Janeiro. Em seguida, emitiu votos de Feliz Natal a todos e suspendeu a reunião, para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, sendo assinada por mim, Tatiana da Costa Guimarães, Secretária, e pelo Senhor Presidente. A reunião foi encerrada às doze horas e vinte e três minutos. Sala das Comissões, quinze de dezembro de dois mil e vinte e um. (a) Tatiana da Costa Guimarães, Secretária; Deputado MÁRCIO PACHECO, Presidente.

COMISSÃO DE CULTURA

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais remotos/Plataforma Zoom, com a presença virtual dos Senhores Deputados ELIOMAR COELHO - Presidente, WALDECK CARNEIRO - Vice-Presidente, CARLOS MINC e DANI-MONTEIRO, membros efetivos deste Órgão Técnico reuniu-se a Comissão de Cultura. Havendo número regimental, o Deputado WALDECK CARNEIRO - Vice-Presidente, assumiu a Presidência e declarou aberta a 3ª Audiência Pública com o tema "Programa de Formação Cultural", conforme Edital publicado em 25.06.2021. Prosseguindo,

Sua Excelência justificou a ausência do Deputado ELIOMAR COELHO - Presidente, na Presidência dos trabalhos, por motivo de problema de saúde na família. Foi justificada a ausência do Deputado CHIQUINHO DA MANGUEIRA, por estar participando de reunião do Legislaqui e em seguida, da reunião da Comissão de Minas e Energia onde será eleito Presidente. Continuando, o Deputado WALDECK CARNEIRO, no exercício da Presidência, anunciou a presença dos Senhores: Danielle Barros - Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Cláudia Gonçalves / - Pró-Reitora de Extensão da UERJ, Ivana Bentes - Pró-Reitora/ de Extensão da UFRJ, Yole Mendonça - Diretora da Escola Estadual de Artes Visuais, Marcelo Reis - Diretor da Escola Estadual de Teatro Martins Penna, Jos Maria Braga - Diretor da Escola Estadual de Música Villa-Lobos Hélio Bejani - Diretor da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, Fernando Portella - Diretor do Instituto Cultural Cidade Viva e membro do CEPC, Kátia DeMarco - Presidente da Associação Brasileira de Gestão Cultural, Lia Calabre - Professora de Pós Graduação em Cultura e Territorialidade da Fundação Casa de Rui Barbosa e em Acervos e Memórias na UFF, João Guerreiro - Professor do Curso de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro/IFRJ. Estiveram presentes remotamente os Senhores: Júlia Moulin, Lúcio Sanfilippo - Assessores da Comissão de Cultura da Alerj, Izabel Azevedo - Assessora do Deputado Eliomar Coelho, Lauro Senna - Assessor do Deputado Luiz Paulo, Morgana Eneile - Assessora do Deputado Carlos Minc, e Evelyn Silva - Assessora da Deputada Dani Monteiro. Durante a reunião, onde vários presentes se manifestaram sobre o tema em escopo, o Deputado WALDECK CARNEIRO - no exercício da Presidência, passou a Presidência à Deputada DANI MONTEIRO, que prosseguindo, continuou o debate sobre o assunto em tela. Antes de encerrar, a Deputada DANI MONTEIRO, no exercício da Presidência, solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência Pública. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais nada a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Deputada DANI MONTEIRO, no exercício da Presidência, agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião, para que eu, Haroldo M.L.Leão de Aquino, Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pela Deputada DANI MONTEIRO - no exercício da Presidência. Sala das Comissões, em primeiro de julho de dois mil e vinte e um. a. Haroldo M. L. de Aquino - Secretário; Deputada DANI MONTEIRO - no exercício da Presidência.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Bom-dia a todas, a todos, a todos.

Dou por abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública da Comissão de Cultura, conforme o edital publicado em 25 de junho de 2021.

Eu sou o Deputado Waldeck Carneiro, vice-presidente da Comissão de Cultura. De saída quero justificar a ausência do nosso querido presidente Deputado Eliomar Coelho que enfrenta um problema de saúde na família e não pode estar conosco no dia de hoje. Desejamos, evidentemente, o mais rápido e pronto restabelecimento ao familiar do Deputado Eliomar Coelho.

Hoje, a nossa audiência pública tem como tema central o Programa de Formação e Qualificação Cultural.

Eu quero registrar de pronto a presença da Deputada Dani Monteiro, que é membro da Comissão de Cultura da Alerj.

Não vejo ainda outros Deputados, por favor, as assessorias se identifiquem. Alguns eu vejo aqui, reconheço, como no caso do Lauro Aguiar, que é assessor do Deputado Luiz Paulo, que também é membro da Comissão de Cultura.

Quero agradecer a presença da secretária de estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros e, também, da subsecretaria e diretora da Escola de Cultura, Claudia Viana, que participa pela primeira vez de audiência conosco, seja muito bem-vinda. Este é um espaço de diálogo, de construção coletiva, de produção das sínteses históricas possíveis do campo das políticas da cultura.

Eu quero agradecer a professora Ivana Bentes, minha colega da UFRJ, pró-reitora de extensão da Universidade, mande um beijo para a minha amiga Denise Carvalho.

O Marcelo Reis não está ainda entre nós. Acho que está programado para estar conosco.

Yole Mendonça, diretora da Escola Estadual de Artes Visuais. Muito obrigado pela presença da escola de artes visuais aqui, é uma honra para nós. Zé Maria Braga, diretor da Escola de Música Villa Lobos, também, muito importante a presença da Villa Lobos conosco, obrigado Zé Maria pela presença. Hélio Bejani, também diretor da escola estadual de dança Maria Olenewa, obrigado Bejani por sua presença aqui conosco. Fernando Portella, que também está conosco, diretor do Instituto Cultural Cidade Viva e membro do Conselho Estadual de Políticas Culturais, obrigado Portella pela presença. Eu não sei se já está conosco, peço que me ajudem, a Kátia de Marco, que é presidente da Associação Brasileira de Gestão Cultural.

A SRA. KÁTIA DE MARCO - Olá Deputado, estou aqui sim, bom dia. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Que bom Kátia, que bom contar com você na audiência, seja bem-vinda.

Lia Calabre, professora do Programa de Pós-Graduação de Cultura e Territorialidade, da Fundação Casa de Rui Barbosa, e minha colega, também, do Programa de Acervos de Memórias da UFF. E, também, João Guerreiro, professor do curso de produção cultural do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, UFRJ.

Bem, eu quero dizer, de saída, que essa audiência pública vai na direção da implementação de dispositivos que constam na lei 7.035, de 2015, que instituiu o nosso sistema estadual de cultura. Em vários dispositivos esta lei menciona, textualmente, em vértice, a questão da formação dos trabalhadores e trabalhadoras, dos gestores, enfim, dos fazedores de cultura do estado do Rio de Janeiro. Como, por exemplo, no art. 3º, quando a lei relaciona os objetivos do Sistema Estadual de Cultura, no seu Inciso IV, aparece o objetivo de promover a formação, o aperfeiçoamento, o intercâmbio de gestores, produtores, pesquisadores, artistas, todos os profissionais; Inciso XIV, igualmente, estimular os saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral, parte fundamental da formação cultural fluminense; mais adiante, no art. 11, Inciso III, um dos instrumentos do sistema de gestão, de gestão do sistema estadual de cultura aparece também textualmente o programa de formação e qualificação cultural; ainda no art. 17, os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, devem ser aplicados, entre outras finalidades, para propiciar a formação e o aperfeiçoamento de agentes culturais, gestores públicos atuantes em âmbito estadual; também, art. 44, o Programa de Formação e Qualificação Cultural, fica autorizada a criação desse programa com ênfase na técnica, na arte, na gestão, enfim.

Então, este é um dispositivo muito central e estruturante do sistema estadual de cultura do Rio de Janeiro. Além disso, é importante ressaltar que, a partir de 2019, a nossa Comissão de Cultura, sob a presidência do Deputado Eliomar Coelho, fez uma importante itinerância em dez regiões do estado do Rio de Janeiro, para discutir e dialogar com aqueles e aquelas que fazem cultura no estado, ocupando diferentes lugares.

Nessa itinerância, nessas audiências regionais, foi claramente configurada a necessidade de mais investimentos e uma política de estado de longo prazo, duradoura, portanto, para avançar na questão da formação cultural de gestores e de trabalhadores do campo da cultura de um modo geral.

Por isso essa audiência, penso eu, cumpre um papel muito estratégico, por exemplo, a gente quer entender melhor - daí a importância de contarmos sempre com a secretária de Cultura nas nossas audiências, e, hoje também, da Claudia Viana - essa proposta da Escola de Cultura que é uma iniciativa recente instituída pelo decreto 47.620, de 26 de maio de 2021. É importante entender melhor a proposta da Escola de Cultura e como ela dialoga com o dispositivo do sistema estadual de cultura no tocante ao programa de formação cultural.

Também é importante debater, entre outros aspectos possíveis, processos de interiorização das nossas escolas, a Martins Pena,

a Olenewa, a Villa Lobos, como podem ter, digamos, braços longos, capilaridade. Como o trabalho dessas instituições, que a gente reconhece e admira, pode também alcançar regiões para além da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante é entender muito melhor e praticar como que as nossas instituições de formação de ensino superior, de pesquisa, que desenvolvem projetos extensionistas, que tem expertise, tem inteligência instalada, tem experiência acumulada no campo da cultura, podem atuar de forma protagonista na construção e na vivificação desse programa de formação cultural.

Enfim, de maneira muito resumida, numa síntese apertada, esse é o propósito da nossa audiência, e a gente vai, como fazemos sempre, de saída, passar a palavra para a secretária de Cultura, Danielle Barros, que está hoje acompanhada, e muito bem acompanhada, eu diria, da Claudia Viana, sua subsecretária e diretora da Escola de Cultura, para que faça uma manifestação inicial.

Eu quero alertar, que mais adiante, ao longo da audiência, vou compartilhar a presidência com a Deputada Dani Monteiro, membro efetivo da nossa Comissão, uma parlamentar muito atuante no campo das políticas de cultura.

Em seguida à exposição da secretária Danielle Barros, a gente vai ter uma sequência de falas, que eu vou aqui declinar, a professora Claudia Gonçalves, pró-reitora de extensão da UERJ, agradeço demais também a presença, querida professora, mande um abraço aí para o nosso Ricardo, que é um amigo muito fraterno. Em seguida, a professora Ivana Bentes; o professor Marcelo Reis, se já estiver conosco, no momento da sua intervenção; o senhor Yole Mendonça; o professor José Maria Braga; professor Hélio Bejani; Fernando Portella, Kátia de Marco, Lia Calabre, também querida colega professora; e João Guerreiro. Esta é a sequência programada de intervenções, cada expositor terá, eu brincava com a Ivana em off, longos e vastos cinco minutos para a sua exposição. Essa é a sequência programada pela assessoria da Comissão de Cultura de acordo com o planejamento da audiência.

Isto dito, sem mais delongas, agradecendo mais uma vez a participação de todos e todas, agradecendo a equipe da TV Alerj, que transmite essa audiência ao vivo em canal aberto, já que a TV Alerj opera em sinal aberto desde outubro do ano passado, passo a palavra a secretária Danielle Barros, para a sua manifestação, mais uma vez agradecendo sua presença. Lembro também, que a Danielle já tinha me prevenido, que ela tem um limite de participação nessa audiência em função de uma agenda na Casa Civil, então, já estou justificando previamente que daqui a algum tempo a secretária não poderá permanecer conosco ao longo de toda a audiência. secretária Danielle Barros, por favor.

A SRA. DANIELLE BARROS - Bom-dia. Quero cumprimentar todas as pessoas que estão participando conosco desse encontro, todos os professores, todos os fazedores de cultura; quero também cumprimentar o Deputado Waldeck, quero cumprimentar a Deputada Dani Monteiro, na pessoa deles, todos os outros parlamentares e assessorias que estão presentes conosco.

Quero externar o meu desejo de recuperação ao familiar do nosso presidente e dizer que estou aqui a disposição se precisar de alguma coisa. O presidente é uma pessoa muito querida, e a gente sabe que nesse momento de adversidade a gente precisa estar aí, dando força um para o outro.

Quero dizer que estou muito feliz de estar aqui novamente, nesse ambiente, esse ambiente que participo pela terceira vez e todas as vezes que a gente participa é sempre muito construtivo. [Nos remete a melhorar as nossas práticas e a empregar cada vez mais os resultados que a sociedade precisa e espera do poder público. Aqui, falo da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do estado do Rio de Janeiro.

Quero ser bem específica e breve, porque tenho realmente que estar as 12 horas na Casa Civil, justamente também para estar tratando de uma temática voltada para a cultura. Penso que o Deputado Waldeck vai nos acompanhar. É uma agenda muito importante que nós não gostaríamos de adiar dada a sua relevância para o estado do Rio de Janeiro.

Quero iniciar fazendo da fala do Deputado a minha fala com relação à 7.035. Ela já traz no seu bojo, no seu texto, a necessidade da gente ter um projeto de formação, um programa de formação que pudesse atender os fazedores de cultura de todo o estado do Rio de Janeiro. Ele traz esse programa de formação em muitos artigos em seu texto, o que nos incita à regulamentação desse programa. Nós já tínhamos estudado uma vez, sabíamos que esse era um compromisso que a Secretaria de Cultura precisava assumir, mas diante de muitos outros compromissos que a lei nos aponta, não tínhamos tido braços para fazer, exatamente, a materialização, disso nas nossas ações.

No ano passado através da operacionalização do fundo de cultura nós fizemos o nosso primeiro edital, que foi o edital Cultura Presente nas Redes. A gente buscou atender a lei, trazendo para dentro do instrumento o processo de interiorização da política pública garantindo cotas para as regiões. É importante dizer que, a partir daquele edital, nós atendemos 63 municípios do estado. A nossa expectativa era que todos os municípios pudessem receber recursos, mas nos só conseguimos chegar em 63 municípios. Na ocasião, nós recebemos mais de 6.000 inscrições em um edital que contemplaria 1.500 fazedores de cultura.

Nós fizemos uma ampla divulgação utilizando as redes sociais, era um momento de pandemia, era um momento que nós não podíamos ir aos municípios, nós estávamos com muitas dificuldades de entender o que era essa doença. Então, nós usamos especificamente a tecnologia para chegar nas pessoas, o que é ainda uma dificuldade para as cidades do interior. Nem todas as cidades, nem todos os fazedores de cultura tem exatamente o acesso à internet. Até nós que estamos na capital de vez em quando ficamos na mão, imagine as pessoas que estão muito longe, que estão nas áreas mais rurais e tem muito mais dificuldades de acessar. Mas era o caminho, era o jeito que na gente tinha para fazer naquele momento.

Nós operacionalizamos cerca de 3.750.000. Não conseguimos chegar em todos os lugares e começamos a estudar, a partir da implementação desse edital, os porquês de não chegar em todos os lugares, já que a gente tinha cota para todas as regiões. Ainda não conseguimos atingir as cotas regionais de maneira que as vagas não atendidas venham atender uma classificação geral. Geralmente, essa classificação geral atende as pessoas que moram na cidade do Rio de Janeiro, na capital. Um dos elementos elencados foi exatamente a questão da dificuldade do uso da tecnologia, do acesso à tecnologia; uma outra dificuldade a questão do limite de recursos - 3.750.000 é um recurso limitado para todo o estado do Rio de Janeiro; e uma outra dificuldade, também, a questão da formação já que nós tivemos mais de 6.000 inscrições, mas somente cerca de 50% dos projetos eram projetos que tinham uma qualidade para serem classificados. Dos classificados, 1.500 receberam o recurso.

Já nesse momento a gente já sabia da necessidade de implementar, de materializar aquilo que a 7.035 já nos apontava, de fazer acontecer um projeto, um programa de qualificação do estado do Rio de Janeiro. Quando nós fizemos a Lei Aldir Blanc, que foi uma operacionalização de mais de 105 milhões de recursos, nós tínhamos a expectativa de chegar a muitos outros lugares por conta de que se a gente com 3.750 milhões, a gente chegou a 63 municípios, nós criamos a expectativa de que com 105.000.000 chegaríamos a, pelo menos, 80 municípios do estado do Rio de Janeiro. Nós estamos buscando fazer política pública para todo o estado. A gente sabe que isso é gradual, que é processual, mas a gente tem a expectativa de, ainda no ano de 2021, chegar aos 92 municípios. E criamos muita expectativa disso dentro da Lei Aldir Blanc. Mas, a nossa expectativa foi frustrada, nós chegamos com 3.750.000 a 67 municípios e na Lei Aldir Blanc, em que nós tivemos infinitamente muito mais recursos, chegamos a 63 municípios, nós chegamos em um número de municípios ainda menor do que chegamos com o edital Cultura Presente nas Redes. Isso nos alertou, isso nos impulsionou, essa foi a nossa grande motivação, para a materialização do programa de formação e qualificação cultural, da urgência da Secretaria de Cultura atuar nessa área.

Foi, então, que nós abrimos mão de uma subsecretaria, construímos junto com a Casa Civil no nosso cronograma essa possibi-